

UMA ÉTICA
GLOBAL
PARA A
POLÍTICA
E ECONOMIA
MUNDIAIS

Hans Küng

Conheça o mais recente
lançamento da
Editora VOZES

EDITORA
VOZES

visite-nos sem sair de casa!

www.vozes.com.br

edidos:



Por uma melhor ordem mundial:
A Visão de Hans Küng sobre o futuro

Quando em 1990 Hans Küng apresentou o Projeto *Ethos* Mundial, a ressonância obtida foi enorme: mais de 100.000 exemplares vendidos na Alemanha, traduções para 10 línguas, a criação da Fundação *Ethos* Mundial e inúmeras outras iniciativas.

Neste livro Küng busca pôr em prática sua idéia de uma política mundial e de uma economia mundial, lançando concretamente uma orientação básica para uma ordem mundial mais humana.

Tradução: Carlos Almeida Pereira

ENCONTROS
Teológicos

Tem-se insistido em que esta CF não é "sobre" o Ecumenismo, embora, sendo ecumênica, não deixe de envolver-nos com o tema. Neste artigo o autor nos oferece uma contribuição nesse sentido, apresentando e discutindo algumas Notas teológicas para uma Eclesiologia Ecumênica. O Autor começa pela "necessidade de uma Teologia Ecumênica" e, "partindo do que é comum", apresenta a "via do ecumenismo prático", seguida da "via do diálogo teológico", acenando, por fim, a algumas "questões abertas".

Notas Teológicas para uma Eclesiologia Ecumênica

Pe. Elias Wolf

Doutorando em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma, da diocese de Lages - SC.

Artigos



O contexto sócio-eclesial influencia a reflexão teológica (ao mesmo tempo que também é influenciado por ela) para a abertura e acolhida aos “sinais dos tempos” que mostram à Igreja o caminho a seguir para que se realize como verdadeira comunidade dos discípulos de Cristo. Estes sinais apontam para o compromisso que a Igreja tem de testemunhar a esperança cristã numa sociedade que apresenta marcas de cansaço e desespero pelas injustiças sofridas. Diante disso, a reflexão sobre a Igreja não pode restringir-se às suas estruturas e dogmas. Ela lança o olhar para a realidade à qual está a serviço, e pergunta-se pelo melhor modo de situar-se como Igreja que busca responder às vicissitudes do seu meio.

O “olhar ecumênico” sobre a realidade vê três coisas: 1) os desafios da evangelização não podem ser compreendidos cabalmente e superados plenamente por uma só denominação; 2) várias são as confissões eclesiais atuando num mesmo espaço social; 3) a unidade dos cristãos se apresenta como um imperativo da missão de testemunhar o projeto da *oikoumene* como o sonho de Deus para toda a humanidade. Diante disso, toda reflexão sobre a Igreja precisa, necessariamente, considerar a ecumenicidade como constitutivo da natureza do ser eclesial.

1. Necessidade de uma Eclesiologia Ecumênica

O pluralismo confessional é uma realidade na configuração do cristianismo e, por si só, se manifesta como a máxima expressão da divisão existente entre os cristãos. Divididas como estão, as diversas denominações correm o risco de apresentarem apenas “facetas” ou vultos fragmentados da mensagem cristã, de modo que a existência da diversidade confessional nem sempre significa expressão positiva da pluralidade dos caminhos salvíficos, como riquezas doadas pelo Espírito para o encontro com o Deus de Jesus Cristo. A divisão provoca nos cristãos sérias dificuldades para o reconhecimento do verdadeiro Cristo no qual devem crer. O movimento ecumênico, desde os seus inícios, confrontou-se com este problema:

Os missionários das diversas confissões exigiam dos convertidos que participassem das celebrações dos seus respectivos grupos religiosos: aí o evangelho universal se fragmentava: havia um Cristo católico-romano, um Cristo anglicano, um Cristo presbiteriano, um Cristo metodista, um Cristo luterano, etc. Isso escandalizou... Em consequência, surgiu a convicção de que, a partir das exigências da missão da Igreja... a unidade tinha que prevalecer entre os cristãos¹.



Portanto, o próprio pluralismo eclesial já justifica o empenho pela unidade dos cristãos. A consciência dos obstáculos para a vivência da fé provocada pela consciência dos efeitos negativos dessa realidade, desperta os fiéis em Cristo para a superação de toda diversidade que seja sinônimo de divisão. Reconhece-se, assim, que o mal da divisão está: a) na sua *origem*, porque ele significa desobediência à vontade divina do amor que unifica. É negação da unidade e unicidade do corpo de Cristo e, falsificando a verdade do ser de Cristo, distorce e obscurece a transparência do seu Evangelho. Isso é pecado e, portanto, a divisão entre cristãos é consequência do pecado. b) nas *consequências*, porque a divisão dificulta às igrejas uma colaboração qualificada na missão de *reunir todas as coisas em Cristo, as debaixo do céu e as sobre a terra* (Ef 1,10). A consciência desse fato motiva muitos cristãos ao empenho pela unidade, movidos por um verdadeiro desejo de conversão. E como a divisão acontece em todos os níveis da existência cristã, o trabalho pela unidade precisa assumir todos os elementos característicos da fé cristã, tais como a reflexão teológica, o ensinamento magisterial, a espiritualidade, a liturgia, a pastoral, as estruturas eclesiais.

A perspectiva ecumênica da eclesiologia parte, de um lado, da necessidade pastoral de testemunhar o Evangelho da unidade. Aqui situa-se o “ecumenismo prático”, e o testemunho se dá pela colaboração na ação em busca dos valores de vida digna, de paz, de justiça. O fundamento teológico é que a realização humana nesses valores assume plenitude na medida em que os vivencia na *oikoumene* divina. De outro lado, a eclesiologia se afirma na compreensão teórica que a Igreja tem da sua própria origem, natureza e vocação. E aqui situa-se o diálogo teológico. A consciência do *ser* da Igreja faz ver que a unidade corresponde à sua própria natureza: ela é a comunidade dos que são reconciliados em Cristo com Deus e uns com os outros. Logo, Jesus Cristo tem um só corpo e seu corpo uma só cabeça. Um corpo dividido é anormalidade. Isso nos faz compreender que a desunião não é nem a realidade *inicial* nem a *final* a respeito da Igreja. O original da Igreja é a unidade dada por Jesus Cristo, que transcende toda divisão. A divisão “total” da Igreja, como povo de Deus, é uma impossibilidade ontológica.

Compreendemos então porque, sendo a Igreja de Cristo uma só, para além dos limites das estruturas de qualquer confissão não existe o “vazio eclesial” (*Ut Unum Sint* 13). A eclesiologia deve, portanto, buscar aproximar sempre mais as diferentes concepções de Igreja, propiciando a convivência pacífica entre os cristãos e as condições necessárias para o testemunho comum da fé.

Podemos sintetizar a necessidade de uma eclesiologia ecumênica nas seguintes razões: 1) a reflexão sobre a Igreja constata a existência das divisões



confessionais tanto no horizonte doutrinal quanto no pastoral. Tais divisões apresentam-se como desafios à compreensão da única fé cristã e dos modos de servir o povo de Deus²; 2) a eclesiologia ecumênica é uma resposta aos desafios oriundos dessa constatação, enquanto se realiza como um compromisso com a vontade de unidade manifesta por Cristo (Jo 17,21-23); 3) o objetivo final da reflexão eclesiológica é, em última instância, contribuir para o restabelecimento da unidade da «fé» em Cristo mais do que da unidade “estrutural” ou “doutrinal”; 4) a eclesiologia ecumênica busca esclarecer os modos como as Igrejas podem servir juntas o único povo de Deus, como testemunho da unidade na missão.

Essas razões servem para mostrar que, sem a dimensão ecumênica, a eclesiologia não pode ser verdadeiramente “católica”. Impulsionam para que a eclesiologia apresente-se como um auxílio indispensável para que no interior da Igreja aconteça uma “reforma perene” (UR 6), mantendo a fidelidade à sua vocação à unidade. É com alegria que se constata ser esta uma preocupação explícita de grande parcela do episcopado católico romano no Brasil o qual, através da Linha 5, afirma ser o ecumenismo “um espírito que deve penetrar todos os projetos e dimensões da vida e da Igreja, mais do que um setor de atividades próprias”³. Para os “bispos ecumênicos” (pois é triste constatar o contra-senso da existência também de “bispos anti-ecumênicos”!) a “solicitude para instaurar a união se impõe a toda a Igreja” e é preciso buscar os caminhos que conduzem à unidade, “superando as divisões que são causa de escândalo e contradizem a vontade de Cristo, pois Cristo fundou uma só e única Igreja”⁴.

2. Partir do que é comum

À questão sobre por onde e como começar a reflexão sobre uma eclesiologia ecumênica respondemos que nada melhor do que iniciar pelo que já existe de comum entre as igrejas. Não se busca a unidade acentuando as diferenças, mas o que é convergente para a uma e única Igreja de Cristo. A unidade é construída pela valorização desses elementos⁵.

Essa consciência comum favorece à reflexão eclesiológica para: 1) constatar que as diferenças existentes não podem continuar obscurecendo a transparência da verdade cristã; 2) aceitar o diferente, sem conciliação fácil que negue a diferença e sem busca de uniformismo, de modo que as diferenças não se tornem impedimento para a proclamação do que é comum na fé; 3) compreender a unidade como constitutivo original da Igreja de Cristo. Antes das divergências, os cristãos eram unidos em Cristo; 4) detectar a origem da divisão: motivações doutrinárias, culturais, políticas, econômicas,



mesmo alegando fidelidade ao Evangelho como razão fundamental para abandonar antigas posições; 5) compreender que aquilo que é diferente nos outros exige respeito, mesmo que ainda não seja possível compartilhar da sua posição; 6) romper com toda pretensão de superioridade⁶.

Concretamente, esses elementos que contribuem para uma eclesiologia ecumênica devem ser buscados em três principais horizontes: 1) *no cotidiano dos cristãos*: existe uma prática espontânea de aproximação na vida do povo cristão. Nos momentos de dificuldade não se pergunta em que Igreja o outro reza, e “a influência ecumênica vai acontecendo sem que os fiéis se dêem conta”⁷ (nas iniciativas de cooperação; nas comunidades eclesiais de base, sobretudo nos encontros inter-eclesiais; nos círculos bíblicos e grupos de rua; nas celebrações ecumênicas; em lugares onde convivem pessoas de diferentes confissões, como escolas, hospitais, fábricas e penitenciárias); 2) *nas iniciativas das Igrejas*: existem Igrejas que possuem um departamento específico para tratar das questões ecumênicas; no intercâmbio de representantes de uma Igreja nas reuniões e assembléias de outra; na criação de organismos destinados à promoção do ecumenismo (ex. CIER, CONIC, ASSINTEC); na Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos; na celebração de dias especiais comuns (Dia da Bíblia, Dia da Páscoa, Mês das Missões); 3) *nos movimentos populares*: a consciência ecumênica se explicita também nos espaços sociais de engajamento político dos cristãos em defesa da dignidade humana e da construção de uma sociedade de justiça e de paz.

Esses três horizontes fazem com que a eclesiologia ecumênica seja produzida no interior de duas principais relações: na relação Igreja-sociedade e na relação Igreja-Igreja. A primeira relação constitui o “ecumenismo prático”, a segunda o “ecumenismo teológico-doutrinal”. Não se trata de modelos excludentes, mas complementares, pois a unidade cristã jamais será alcançada por um só desses elementos. Veremos essas duas “vias ecumênicas” a seguir.

3. A via do Ecumenismo Prático

É uma via indispensável para a construção da unidade cristã. As suas implicações na eclesiologia ecumênica estão sobretudo na ênfase na relação Igreja-sociedade:

“Até que ponto não somos nós responsáveis pela incredulidade que há no mundo? Uma Igreja dividida é um obstáculo ao Evangelho, pois é negação do mesmo! Que diferença existe entre as formas de “ódio” que há nas relações entre grupos humanos e entre nações e as formas de “ódio” entre os grupos cristãos?... É impossível que não tenhamos ainda



compreendido que o mundo é demasiado forte para uma Igreja dividida”⁸.

Esse questionamento nos leva a considerar a relação das Igrejas com o mundo em três principais horizontes:

1) *a relevância teológica da busca da unidade como qualificação da “presença cristã” na sociedade dividida*: a unidade da Igreja é uma condição de sua fidelidade missionária ou apostólica no mundo. Para Jesus, a finalidade da unidade é “*Para que o mundo creia*”. Há uma relação intrínseca entre unidade e missão, entre amor cristão e presença cristã no mundo. A unidade é em si uma presença cristã que manifesta à sociedade (dividida por fatores políticos, culturais, econômicos etc.), que a vontade de Deus é “*reunir todas as coisas em Jesus Cristo*” (Ef 1,9-10; 2 Cor. 5,11-20). A unidade mostra o final escatológico da história das sociedades, e as Igrejas devem colaborar para que essa meta se realize.

Num mundo que aspira à mais plena integridade, que luta em desespero para encontrar sua mais plena significação humana, que procura novas formas de solidariedade para superar os problemas da vida humana; numa época em que, como nunca, o equacionamento dos magnos problemas da criatura humana depende dessa atitude de profunda fraternidade, o que é que significa essa “babel” de igrejas”? É mais do que blasfêmia, Ela subtrai qualquer possibilidade de ação e de responsabilidade cristã”⁹.

Logo, o valor da Igreja não está na própria Igreja, mas na sua competência de serviço ao mundo, pois a única razão de ser da Igreja é a missão e o propósito de Deus para o mundo. Crer nisso, é condição para que as confissões relativizem estruturas que dificultam o diálogo e a ação social conjunta. Trata-se da redescoberta do mundo em sua significação teleológica para as Igrejas, dentro do significado que ele possui para o próprio Deus: *o mundo é a oikoumene de Deus*. A partir de então, será possível para as igrejas: uma nova atitude para com o secular; o diálogo sério e crescente entre cristãos envolvidos nos tormentos do mundo atual e suas transformações, revoluções, injustiças, violências, fome, insegurança, interdependência econômica e política; a irrelevância de todos os sistemas e esquemas absolutos de pensamento, organização e autoridade e sua substituição pelas noções dinâmicas, funcionais e relacionais da verdade, da natureza humana e da ordem social em geral.

Na perspectiva de uma eclesiologia ecumênica, esses fatores levam a considerar os acontecimentos não como simples fruto do processo social, mas a vê-los na esfera da graça de Deus atuando na história da *oikoumene*,



como palco da realização da redenção. A presença de Deus na sociedade antecipa a presença de qualquer Igreja, e mostra a qualidade da *presença cristã* por Ele desejada. É a presença de Deus no mundo que torna possível a presença das igrejas, determinando a *forma e o locus* dessa presença.

2) *A necessidade do conhecimento dos elementos “ideo-teológicos” que configuram a identidade eclesial*: a concepção de mundo que as Igrejas possuem influencia tanto na auto-compreensão como “Igreja” quanto na ação pastoral, de modo que a eficácia da ação evangelizadora das Igrejas, mesmo sendo, em última instância, consequência da ação do Espírito, encontra-se vinculada ao modo como elas se inserem no contexto social em que se encontram. Aqui faz-se necessário uma eclesiologia pautada na fé, mas também amparada por princípios teóricos que detectem os desafios que se impõem à configuração da identidade eclesial e à missão de evangelização, desafios estes oriundos sobretudo do contexto da urbanização, da secularização, da tecnologia, e congêneres¹⁰. Tal eclesiologia deve ser produzida na interseção entre Igreja e sociedade, sem perder de vista o que “deve permanecer na Igreja” (H. Küng), e compreendendo os desafios que se originam dessa interseção em três níveis: a) a nível interno de cada Igreja - as motivações do agir de uma confissão. Conhecer o próprio pensamento é fundamental para pautar o comportamento frente às outras confissões e frente à sociedade; b) a nível inter-eclesial - as possibilidades de uma ação pastoral com outras Igrejas. É importante o conhecimento das outras Igrejas presentes na mesma área pastoral, tanto da sua doutrina quanto da perspectiva da sua ação nesse meio; c) a nível social - a influência dos fatores sociais na ação das Igrejas¹¹.

No fundo, a eclesiologia tem aqui a ver com o tema da “ideologia” subjacente ao pensamento e ao comportamento das Igrejas, dos seus agentes, e da sociedade¹². Trata-se de conhecer a ideologia das diversas confissões, ou seja, penetrar a fundo na concepção de mundo que cada uma possui, considerando que a ação conjunta (ecumênica) exige o conhecimento da ideologia que me ampara e ampara o outro com quem me relaciono¹³. A concepção de mundo que uma confissão possui influencia na sua postura frente ao mundo, nas linhas de sua pastoral, e esses dados contribuem para a sua autoconsciência eclesial. Conhecer a ideologia de uma confissão significa compreender os instrumentais que ela utiliza para relacionar-se com o seu mundo externo. Na verdade, não é “a” confissão, mas são as pessoas que nela atuam de modo decisivo que impõem à comunidade eclesial uma determinada ideologia. E o modelo eclesial reflete uma teologia que, por sua vez, reflete uma ideologia. Por isso, detectar a ideologia predominante numa confissão ajuda-nos a compreender as bases teóricas da sua relação com a



sociedade, e favorece para encontrar as formas de uma verdadeira colaboração ecumênica.

3) *Uma eclesiologia ecumênica militante.* É sabido que a militarização dos governos latino-americanos favoreceu para que o espaço social ocupado pelas Igrejas se transformasse em abrigo de dissidentes e opositores. No catolicismo romano, a especialização da pastoral integrou no espaço eclesial desde intelectuais das universidades até militantes de base, sendo este espaço uma das pouquíssimas alternativas de mobilização e organização populares. Do lado protestante, os segmentos opositores refugiaram-se mais diretamente nas entidades ecumênicas. Nasce então os organismos eclesiásticos, paraeclesiásticos e ecumênicos de serviço, no intuito de prestarem suporte efetivo aos movimentos populares dos mais diferentes matizes e procedências. Desse modo “as pastorais especializadas e as entidades de serviço permanecem sendo os cenários nos quais se desenvolve um tipo original de militância, plasmada em meio às adversidades políticas e ecumênicas do Continente”¹⁴.

O que a prática ecumênica destes organismos construiu ao longo dos anos foi uma Igreja aberta às bases da sociedade e aos seus clamores. Dessa abertura, cada Igreja aprendeu a ser mais plural, policêntrica, participativa, integrada, fraterna e ecumênica. A solidariedade para com o movimento social “se insere na utopia dos cristãos libertários, que enxergam nele a expressão mais legítima e autônoma das necessárias mudanças”¹⁵. Assim, a prática ecumênica associa Igreja/fé e sociedade/política, buscando ser uma afirmação do evangelho em meio às situações do tempo. A base teológica dessa prática é a consciência de que a busca da unidade entre os cristãos comprometidos com a implantação dos sinais do Reino de Deus não pode acontecer divorciada do serviço ao próximo como prática da caridade evangélica¹⁶. Esse serviço exige a consciência de que por vezes as próprias igrejas são causa de divisão, e que a reunificação do cristianismo exige assumir os pecados, buscar o perdão e retomar a caminhada. Nesse horizonte, a caridade, como motivação fundamental do ecumenismo, se vincula à prática da justiça, que impulsiona as comunidades cristãs à releitura da Bíblia, ao compromisso com a história, ao redimensionamento da reflexão teológica e eclesiológica. Tudo em função do amor evangélico que unifica:

Cada vez mais o ecumenismo, tanto no campo católico quanto no protestante, caminhou na direção de que as igrejas se tornem verdadeiras comunidades de serviço (*diakonia* – NT) em um mundo vitimado pela fome, pelas guerras, pela miséria, pela exploração, pelo secularismo e pelas diferenças abismais entre nações ricas e pobres. Esses dados estruturais e universais



forneem a agenda desse ecumenismo que nasce sob o signo da caridade (*agápe*- NT)¹⁷.

Uma das características inovadoras do “ecumenismo prático” é que ele extrapola com maior facilidade não apenas as fronteiras eclesiais, mas também religiosas. Aqui os termos “micro-ecumenismo” e “macro-ecumenismo” se implicam. Nele se integram tanto representantes do ecumenismo “eclesial/religioso” quanto do “ecumenismo político”, e a *oikoumene* é mais entendida como “unidade da humanidade” do que como unidade eclesial ou entre cristãos apenas. Acredita-se que para a colaboração na ação, as diferenças doutrinárias e teológicas não apresentam grandes obstáculos. Além disso, a colaboração ecumênica responde mais satisfatoriamente à necessidade do testemunho comum na sociedade, enquanto favorece à transformação das estruturas sócio-político-econômicas. Essa é uma das razões pelas quais o ecumenismo vivido nos países em vias de desenvolvimento dá mais ênfase à “unidade na ação”. Esse fato precisa ser seriamente considerado por qualquer proposta de apresentação de uma possível “eclesiologia ecumênica” no Brasil.

4) *No horizonte da CF 2000:* a Campanha da Fraternidade do ano 2000 levanta a bandeira do ecumenismo como um compromisso assumido pelas igrejas que dela participam. O fato de não ser uma campanha “sobre” o ecumenismo em nada diminui a sua ecumenicidade. O agir juntos aparece para as igrejas como a porta de entrada para o mundo da *oikoumene*. A consciência da realidade de empobrecimento do povo cristão no Brasil vai definindo a perspectiva da unidade. A CF integra-se no horizonte mais expressivo do movimento ecumênico no Brasil e na América Latina - a colaboração na ação:

Os sinais de esperança que divisamos no horizonte latino americano apontam para a necessidade de promover o ecumenismo solidário e comprometido que surge desde o sofrimento dos nossos povos, que se expressa em trabalhos e esforços mancomunados, orientados para a libertação dos oprimidos para que constituam um só povo¹⁸.

A construção de uma sociedade com justiça, paz e dignidade para todos não é um dever apenas dos governantes, mas de todo cidadão e entidades que nela se encontram. E as igrejas não estão excluídas dessa tarefa. Para isso, elas precisam olhar a realidade com um olhar profundo. O subdesenvolvimento com sua fome e desemprego não é um mal puramente ético, culpa de alguns indivíduos maus e pecadores. Em sua raiz existe um desequilíbrio sócio-econômico das classes sociais. As igrejas devem saber



analisar as causas da injustiça e assinalar os culpados. Para isso, é preciso uma linguagem nova: promover a participação dinâmica e decisiva dos fiéis, inclusive dos pastores, padres, bispos, diáconos e religiosos nos processos de transformação dos sistemas políticos dominantes. A promoção da dignidade e da paz deve ser concreta, e não apenas um “apoio moral”. Ao pôr-se neste caminho de solidariedade, as igrejas colocam-se em caminho de ecumenicidade. Um só Deus, uma só sociedade dolorida, à qual servir e confortar.

Trata-se do ecumenismo solidário para com a construção de uma cultura da vida: “A cultura da vida deve ser protegida e respeitada para ser mais vida, porque sem a vida não existe paz”¹⁹. Assim, descobre-se também que ser cristão é colaborar para que a vida da comunidade seja expressão da comunhão com a vida de Deus. E isso significa desenvolver uma “espiritualidade da reivindicação”. A oração concreta acontece como fortalecimento da vida no sindicato, nas fábricas, nos partidos políticos, nas associações, nas escolas, na família, nas igrejas... Trata-se de “uma verdadeira espiritualidade do desenvolvimento econômico”²⁰, que ampara a concreticidade do agir eclesial.

A CF 2000 é uma privilegiada ocasião para que aconteça nas igrejas uma renovação cristã, apostólica, teológica, litúrgica, que favoreça a promoção da vida vivida em dignidade e paz. Mas não há possibilidade que isso aconteça, com alguma profundidade, sem uma certa “relativização” das regras rígidas que canalizam a expressão da fé. O contrário significa correr o risco de confundir “fé” com “doutrina”. Assim, o “ecumenismo de colaboração na ação” proposto pela CF 2000, serve como base para o diálogo para com expressões da fé cristã que ultrapassam o “meu” modelo confessional. O critério é que esses modelos testemunhem a realização do *projeto de vida* que Deus tem para com o seu povo: vida vivida na “abundância” de justiça, dignidade e paz. E aqui a eclesiologia ecumênica coloca-se, decididamente, na perspectiva do Reino de Deus.

4. A via do Diálogo Teológico

Mas seria demasiada ingenuidade pensar que a construção da *oikoumene*, numa perspectiva cristã, se realiza apenas pela colaboração na ação. Aliás, se isso fosse verdade, talvez já estivéssemos vivendo em perfeita unidade, pois a dimensão social do movimento ecumênico moderno existe desde as primeiras décadas do seu nascimento²¹. Assim, existe uma outra via que precisa ser percorrida, a do diálogo teológico. Certamente é a via mais estreita, pedregosa, difícil, mas não será por isso rejeitada, se realmente



quisermos desenvolver uma “eclesiologia ecumênica”. Aqui, trata-se de vincular a relação entre ecumenismo e confessionalidade, tradição e escatologia, dogma e praxe eclesial, instituição e movimento, etc. “O diálogo doutrinal não é luxo nas igrejas e não pode ser substituído, nem pela ação política nem pela celebração religiosa. Exige seu espaço e busca o consenso na confissão da fé”²². Damos apenas uma razão para isso. É que se a unidade constitui o ser mesmo da Igreja, sua natureza e missão, esse fato precisa ser fundado *teologicamente*. Pois nenhuma outra ciência tem a mesma competência para tratar de “coisas de Igrejas”.

a) Uma eclesiologia da *koinonía*

O Concílio Vaticano II renovou a eclesiologia católica romana sobretudo pela valorização da perspectiva da *koinonia* interna à imagem da Trindade (*Lumen Géntium* 2-5), e externa, em relação ao mundo (*Gaudium et Spes*). Outras confissões também expressam sua compreensão de Igreja nesse mesmo horizonte²³. É fácil constatar as consequências disso para o movimento ecumênico, o qual procurou definir a unidade da Igreja à qual somos chamados como *koinonia*, enquanto «dom e vocação»²⁴.

O ponto de partida é o plano salvífico do Deus Trinitário (*Lumen Géntium* 2-4), projeto de amor para a história, que se manifesta no Filho. A encarnação, a páscoa e o pentecostes são compreendidos como acontecimentos salvíficos trinitários. Neles, pela força do Espírito, nasce a Igreja, que é o povo da unidade na diversidade, da unidade na identidade, e da diversidade na funcionalidade carismática e ministerial. O pensamento ecumênico, explícito ou implícito na reflexão dos teólogos, está inserido no horizonte eclesiológico da *koinonia*, valorizando a sua ressonância bíblica e teológica. A comunhão é o constitutivo essencial da vocação eclesial do povo de Deus, o modo de responder à revelação do Deus libertador e salvador do AT, de testemunhar o seguimento de Cristo, de posicionar-se profeticamente contra as forças de divisão e individualismo do nosso tempo. É na comunidade eclesial que melhor se manifesta a unidade querida por Deus. O espírito da *koinonia* serve como critério hermenêutico para discernir entre os projetos sociais e eclesiais, quais são os que realizam com melhor eficácia o projeto divino da unidade, como «dom e vocação». Nesse caminho segue o movimento ecumênico, motivado pela utopia do Reino como a plenitude escatológica da *koinonia* já experimentada neste mundo. A eclesiologia da comunhão implica:

1 – *A sintonia com a koinonia divina*: Deixando a eclesiologia de fundamentar a sua compreensão nos dados estruturais de uma denominação,



que a limitam num determinado espaço de reflexão, ela abre-se ao horizonte cristológico, pneumatológico, bíblico, sociológico e mistérico da realidade eclesial. Os princípios eclesiológicos não mais são compreendidos como um simples complexo orgânico de posições dogmáticas, mas situam-se na perspectiva do Espírito da Unidade que revela a comunhão existente em Deus. O povo da *ekklesia* encaminha-se para a comunhão com o mistério trinitário, inexaurível por uma única doutrina eclesial ou uma sistematização teológica²⁵. Logo, a eclesiologia desperta para o mistério da unidade do projeto salvífico de Deus que atua para além das fronteiras de uma estrutura eclesial (*Ut Unum Sint* 10), sendo esta estrutura dilatada pelo Espírito do Senhor que enche a terra (*Gaudium et Spes* 11), e aberta para a relação com o mundo social (*Gaudium et Spes* 38). Esse incremento da sensibilidade ecumênica impele a reflexão eclesiológica a assumir o projeto da unidade cristã como algo constitutivo de si mesma, tendo a *koinonia* divina como modelo da *koinonia* buscada pelas igrejas.

2 - *A unidade na diversidade*: Deus revela-se ao mundo tal como é em si mesmo, e quem acata a sua revelação é chamado a ser como Ele é. Ora, a ciência que perscruta o Deus Uno e Trino só realiza esse intento se assumir as características do seu próprio objeto. Assim, a hermenêutica da comunhão se constitui pela unidade na diversidade, sem confusão das diferenças, em analogia com o dogma cristão (Conc. Nicéia). Unidade não é uniformidade, não anula as partes e nem as elimina. Trata-se antes da unidade no único Espírito, o de Jesus Cristo, descobrindo o significado profundo da particularidade das diferenças. Como na trindade divina, também no movimento ecumênico é o Espírito quem une as partes do diálogo, limpando as arestas para melhor compreender como cada uma participa da comunhão na totalidade da realidade eclesial.

Constata-se aqui o caminho aberto para o reconhecimento de que todas as confissões cristãs são instrumentos sacramentais da encarnação da mensagem evangélica, sem, porém, confundirem-se com a mensagem. Elas estão a serviço do Evangelho, do qual nenhuma confissão possui o direito de reivindicá-lo como posse. Consequentemente, essa experiência reflete o caráter de provisoriedade dos modos instrumentais com que cada confissão de fé estrutura a sua missão. Aqui está a necessidade de as Igrejas encontrarem-se para refletir sobre a unidade num programa de ação e na linguagem da evangelização, assumindo juntas a vocação do testemunho cristão. Se uma Igreja absolutiza os seus métodos, corre o risco de bloquear a força do Espírito, que é o principal dinamizador do testemunho da unidade.

3 - *A hierarquia das verdades*: O Concílio Vaticano II afirmou a existência de uma “ordem ou hierarquia nas verdades católicas” (*Unitatis*



Redintegratio 11), de modo que alguns elementos da doutrina estão mais próximos “do fundamento da fé cristã” (dogmas cristológico e trinitário) do que outros. A consideração da “hierarquia das verdades na doutrina católica” é um critério indispensável no processo hermenêutico da fé cristã, colaborando para que no diálogo ecumênico “todos se sintam incitados a um conhecimento mais profundo e manifestação mais clara das investigáveis riquezas de Cristo” (*Unitatis Redintegratio* 11). A vinculação dessa orientação com a hermenêutica da eclesiologia ecumênica está em considerar a doutrina cristã como um “complexo estruturado”²⁶, de cujo centro alguns artigos estão mais próximos do que outros.

b) Uma eclesiologia do testemunho

A *koinonia* cristã não permite que um determinado grupo de igrejas se feche egoisticamente entre si, mas as impulsiona ao serviço ao povo cristão pelo testemunho da mensagem do Evangelho. Já vimos que a unidade existe para a missão: “para que o mundo creia...” Que tipo de testemunho as Igrejas são chamadas a viverem na sociedade?

1- *O testemunho da unidade no anúncio do Kerigma* – Para as igrejas cristãs o anúncio do *kerigma* em todos os tempos, circunstâncias e lugares, é condição para que a fé em Cristo seja recebida e acolhida (Rm 10,24,15). A responsabilidade primeira das igrejas cristãs “é proclamar que em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens como Dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus” (*Evangelii Nuntiandi* 27; At 4,12). É o Espírito Santo que permite às igrejas proclamarem a Jesus como “o Senhor” (Fil 2,11; 1Cor 12,3), que as socorre nas suas fraquezas para orarem como é devido (Rm 8,26), e a testemunharem sua filiação divina (Rm 8,16). No mesmo impulso do Espírito as igrejas se unem para anunciar e testemunhar “a intenção de Deus para com o homem, intenção que se manifestou em atos salvíficos e que nos é transmitida nas Escrituras”²⁷.

O grande desafio para a eclesiologia ecumênica é aproximar as igrejas também *nas formas* do anúncio do *kerigma*. Se o objeto do anúncio, Cristo, é o mesmo, não pode haver contradição no modo de anunciá-lo. Aqui, a eclesiologia ecumênica precisa superar toda tendência ao fundamentalismo, denominacionalismo e proselitismo. Para isso é importante considerar que o “diálogo” e o “anúncio” se complementam na evangelização, pois “muitas vezes o diálogo ajudará a formular o anúncio da maneira mais adequada às circunstâncias e à ação do Espírito”²⁸. Como o anúncio-testemunho do *kerigma* é missão de todas as igrejas, e como elas devem realizar essa tarefa como *diakonia* ao mesmo homem, esse anúncio mais eficaz será se for realizado em conjunto, no diálogo inter-eclesial.



2- *O testemunho da unidade na diakonía* – A unidade entre os cristãos não deve acontecer como motivo de isolamento destes para com as demais pessoas, mas para fortalecer a consciência de que a solidariedade com todos os seres humanos é uma exigência irrenunciável, intrínseca à própria fé no Deus Pai de todos. Assim, as Igrejas sentem-se chamadas por Deus a prestarem um serviço (diakonía), dentro e fora da comunidade eclesial, a exemplo das primeiras comunidades (At 6,1-6; 20,35; 2Cor 8,9). A *diakonía* é uma dimensão fundamental do testemunho da unidade entre as igrejas comprometidas com “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem” (*Gaudium et Spes* 1), até que não haja mais necessitados entre eles (At 4,34; Dt 15,4). É o testemunho de Jesus enviado para evangelizar os pobres (Mt 11,5; Lc 4,18) na *diakonía* (Mc 10,45), e fazendo-se pobre Ele mesmo (2Cor 8,9; Mt 5,3). Os cristãos devem concordar que esse modo de testemunhar a unidade é uma “dimensão constitutiva da pregação do Evangelho, isto é, da missão da Igreja para a redenção do gênero humano e a libertação de toda opressão”²⁹. Desse modo, as igrejas unem evangelização e promoção humana, na ordem antropológica, teológica e evangélica, vendo na promoção humana a “dimensão privilegiada da nova evangelização” (DSD 159-163; *Redemptoris Missio*, n. 58).

3 - *O testemunho da unidade na martyría* - O amor anunciado e vivido pelas Igrejas precisa ser assumido até as últimas consequências: *Ninguém tem maior amor...* (Jo 15,13). Mas para isso as Igrejas precisam estar dispostas a sacrificar-se a si mesmas para que possam ser fiéis à sua missão de serviço à vida do povo de Deus. E isso implica a *kénosis*, a capacidade de despojamento, de auto-libertação das estruturas que dificultam o agir livre do Espírito no interior das igrejas. O Espírito é quem glorifica, mas não sem antes conduzir pelo caminho do Calvário. Uma eclesiologia apenas da glória, do louvor, do triunfalismo, torna-se impossibilitada de testemunhar o Deus sofredor na vida do povo. É por isso que devemos, no mínimo, desconfiar da eclesiologia de quem considera ser missão da Igreja apenas o arrebanhar fiéis cantando “erguei as mãos”, mas que esquecem de cantar também o “sujai as mãos” com a terra onde o povo pisa. Não se vive a *martyría* apenas com cantos, com shows-missas, ou soltando lágrimas que brotam de sentimentos mal elaborados. O testemunho da *martyría* se dá pelo reconhecimento e seguimento do Cristo sofredor na condição de cada ser humano espezinhado, seja pelas estruturas da Igreja triunfante, seja pelas estruturas da sociedade liberal. Nesse sentido, a eclesiologia ecumênica se alicerça no testemunho de cristãos que, independente da sua identidade confessional, se encontram nos movimentos populares, nas pastorais sociais, nos partidos políticos etc., para testemunhar a *koinonía* do povo de Deus em busca de dignidade humana e paz.



5. Questões Abertas

Creemos ser possível integrar esta nossa reflexão na doutrina eclesial de todas as confissões cristãs. Mas reconhecemos também a existência de divergências sobre não poucos elementos que embasam a *koinonía* cristã em cada denominação. Para os católicos romanos, a unidade que Cristo deu à Igreja se fundamenta na fé, nos sacramentos (sobretudo a Eucaristia), e na sucessão apostólica (*Unitatis Redintegratio* 3)³⁰. O protestantismo brasileiro (tanto o de imigração quanto o missionário), apresenta também três elementos como fundamentais da comunhão eclesial: a reunião dos crentes, a Palavra, e a fé. O maior desafio da eclesiologia ecumênica está em aproximar as diferentes eclesiologias produzidas pelas diferentes confissões cristãs. Não trataremos aqui das “questões abertas”, sobretudo em relação ao governo da Igreja, sua natureza e estrutura, o número dos sacramentos, a concepção dos ministérios, etc³¹. Apenas arriscamo-nos a expressar nossa convicção de que estas questões poderão avançar no diálogo ecumênico se inseridas no horizonte da eclesiologia que aqui apresentamos.

Na eclesiologia protestante, a reunião dos fiéis em Cristo forma a Igreja como “congregação dos santos”³². Os cristãos se congregam como resposta à convocação feita pela Palavra, e assim a Igreja nasce da Palavra, em continuidade com a *ekklesia* do povo de Israel, pois “toda a vida e substância da Igreja está na Palavra de Deus”³³. A Palavra vincula-se à fé, pois trata-se de uma comunidade “cristã” e “santa”. Sem a fé, esse grupo não poderia reunir-se consciente de estar respondendo aos apelos feitos pelo Evangelho, poderia ser uma comunidade, mas não a “Igreja de Cristo”, poderia ser um povo, mas não o “povo de Deus”³⁴.

Creemos que uma possível sintonia dessas doutrinas pode ser encontrada no Vaticano II e no horizonte eclesiológico da teologia latino-americana produzida na perspectiva da libertação. O Concílio garante o mútuo reconhecimento das diferentes comunidades locais na única Igreja de Cristo. Além disso, a doutrina da hierarquia eclesial no Vaticano II não está em oposição direta ao sacerdócio comum dos fiéis (como poderia ser compreendida nos tempos da Reforma). A teologia da libertação, por sua vez, aproximou em grande medida as eclesiologias protestante e católica sobretudo na categoria teológica “povo de Deus”. O modelo eclesial que melhor favorece a *oikoumene* são as CEBs. Ali se realiza a eclesialidade da comunidade local, a valorização do ministério leigo, a centralidade da Bíblia, o dinamismo litúrgico, a relação explícita e direta Igreja-sociedade. Nesse sentido, as CEBs concretizam, como em nenhum outro modo, as orientações do Vaticano II e as intuições da Reforma de Lutero a um só tempo. Creemos



que esses fatores poderão contribuir para trabalhar as “questões abertas” no desenvolvimento de uma eclesiologia ecumênica no Brasil.

Conclusão

A eclesiologia ecumênica deve perpassar a consciência do ser Igreja expressa na doutrina, na teologia, na espiritualidade, na liturgia e na pastoral de cada confissão.

A primeira afirmação fundamental para nossa vocação ecumênica (...) é que devemos internalizar em nossa consciência que a unidade da Igreja não é acidental, nem sequer algo que possa ser reduzido à categoria de conveniente, mas essencial ao nosso ser como Igreja. Se nos falta a consciência de pertencer ao único Corpo de Cristo, nos falta algo essencial à nossa convicção cristã e eclesial³⁵.

Desse modo, a eclesiologia é uma resposta ao apelo do Apóstolo: “*Eu lhes peço em nome de nosso Senhor Jesus Cristo: mantenham-se de acordo uns com os outros, para que não haja divisões... Será que Cristo esta dividido?*” (1Cor 1,10ss). Aprofunda-se, assim, a convicção de que ser cristão exige uma postura clara sobre as razões que separam os povos, as comunidades, as igrejas, e favorece o surgimento de uma mentalidade que favoreça o diálogo, a convivência e a unidade.

As igrejas precisam testemunhar a *koinonía* convivendo com a variedade de dons e a diversidade de carismas suscitados pelo Espírito na Igreja de Cristo, superando as tensões que daí podem surgir. A eclesiologia ecumênica implica em aceitar o “risco difícil de viver juntos, na mesma comunidade, embora divergindo e assumindo no Espírito de Cristo as contradições do nosso tempo: a aceitação do risco de prolongar o diálogo”³⁶.

Para os católicos romanos, isso significa reconhecer que “igrejas e comunidades eclesiais que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica não foram privadas do seu significado e valor dentro do mistério da salvação. O Batismo une em fraterna comunhão de graça todos os cristãos. Os católicos devem corresponder com solidariedade aos esforços empreendidos para superar as divisões herdadas do passado e construir de novo, entre os cristãos, uma comunhão de amor cada vez mais profunda e plena”³⁷.

Assim, a unidade eclesial torna-se para o mundo “sinal de salvação” e da “unidade do gênero humano” (*Lumen Gentium* 1,48), apontando o destino de todos em Cristo. Portanto, a *oikoumene* tem uma dimensão



missionária. É a partir do momento em que as igrejas testemunharem a *koinonia* alimentando-a pela vivência da fé, na celebração dos sacramentos, na prática da caridade e na comunhão com os pastores, que o mundo poderá reconhecê-las, reunidas, como o lugar da adoração do verdadeiro Deus (1Cor 14,23-25).

Notas

¹ Santa Ana, J./ Barros Souza, M. de., “Ecumenismo”, in: **Curso de Verão ano IV** – Col. Teologia Popular – CESEP, Ed. Paulinas, 1990, 100.

² O Concílio Vaticano II definiu essa divisão como “contradição aberta à vontade de Cristo e escândalo para o mundo” (*Unitatis Redintegratio*, 1).

³ CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil – 1975-1978*, Paulinas, 1978, cap. I, 3.5.

⁴ CNBB, “Promover a ação ecumênica”, in *Comunicado Mensal*, 160 (1966): 79.

⁵ Entre outros, citamos: ser batizado no nome da Trindade, com o uso da água e com a intenção de inserir o batizado na Igreja de Cristo; reconhecer Jesus Cristo como verdadeiro Deus e verdadeiro homem, Filho único do Pai; proclamar que Ele, o crucificado e ressuscitado, é o único Salvador e mediador entre Deus e os homens e Senhor de toda a humanidade; acreditar que Deus, embora sendo um, é igualmente trino – Pai, Filho e Espírito Santo; aceitar a Bíblia (Antigo e Novo Testamento) como o livro que contém a revelação de Deus; praticar o batismo e comemorar, de algum modo, a Última Ceia de Jesus; professar o Credo Apostólico, embora haja algumas diferenças de tradução; testemunhar a fé pela prática da caridade e da justiça no mundo. Cf. CNBB., *Guia Ecumênico Popular – Estudos da CNBB n. 28*, Paulinas, 1986, 14-15; *O que é o Ecumenismo?*, Paulinas, 1997, 9-20. CAVALCANTI, Teresa, «Notas sobre a mensagem central do cristianismo», in: *REB* 34 (1974) 295-296.

⁶ Este é um grande desafio sobretudo para Igreja Católica Romana no Brasil, pois sendo ela majoritária, as outras Igrejas parecem pouco representativas no conjunto da sociedade. Cf. HASTENTEUFEL, Zeno, «Brasil, um império católico», in: *Teocomunicação*, vol. 22, n. 96 (1992) 247-257. Isto não poucas vezes leva a atitudes de desprezo, por parte dos católicos romanos, inferiorizando os cristãos de outras confissões, o que aprofunda ainda mais as divisões. Por isso, é preciso reconhecer que «o primeiro passo, de qualquer aproximação, é tomar consciência que existem outros grupos também reunidos em nome de Cristo. Todas as igrejas têm o direito de ser respeitadas. Cada uma tem valores próprios e uma contribuição a dar “para a edificação do Corpo de Cristo” (Ef 4,12)». CNBB., *Guia Ecumênico Popular – Estudos da CNBB n. 28*, Paulinas, 1986, 13.

⁷ Lima da Cruz, Therezinha Motta, *Ecumenismo - Conteúdo de Catequese?*, Paulus, 1996, 36.

⁸ Doutrina Social da Igreja Metodista do Brasil, Publicação da Junta Geral de Ação Social da IMB, 1968, 44.



⁹ Doutrina Social da Igreja Metodista do Brasil, Publicação da Junta Geral de Ação Social da IMB, 47.

¹⁰ Nesse sentido é pertinente o que afirma a COMISSÃO TEOLÓGICA DO CONIC: «O contexto no qual as igrejas se situam e do qual, querendo ou não, participam, não constitui algo à parte de suas vidas e de sua busca de comunhão. Sua missão e seu testemunho, se forem autênticos, confrontam a realidade com o evangelho e as exigências do reino de Deus». «O Caminho do CONIC na busca da unidade da Igreja», in CONIC., *Mensagens e Declarações Para os Nossos Dias*, Sinodal/CONIC, 1992, vol. 2, 8.

¹¹ Em síntese, posso dizer que a minha ação ecumênica exige: o conhecimento da confissão à qual pertencemos, seu modo de conceber a si mesma, de conceber as outras confissões e de conceber a sociedade; o conhecimento das outras confissões com as quais estou disposto a trabalhar, como elas compreendem a minha confissão e como compreendem a sociedade; o conhecimento da sociedade, na qual a minha e as outras confissões se encontram, como essa sociedade se compreende a si mesma, e como se comporta frente à minha e às outras confissões. Esses três elementos se entrecruzam e se complementam na relação confissão-confissões-sociedade.

¹² Entendemos por ideologia uma concepção do mundo onde a ordem social (política, econômica e cultural) se manifesta implicitamente em todas as representações mentais que o homem formula, com relação aos costumes e às práticas sociais.

¹³ Cf., MANNHEIM, Karl, *Ideologia e Utopia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

¹⁴ José Bittencourt Filho, "Notas teológicas sobre práxis ecumênica", in: KOINONIA, *Por Uma Nova Teologia Latino-Americana – A teologia da proscrição*, 42.

¹⁵ Cf., José Domingos Bragheto, "A solidariedade nas práticas de libertação da América Latina", in: *Tempo e Presença*, n. 222 (agosto 1987), 33 – 34.

¹⁶ O que nas condições da sociedade brasileira significa envolvimento, em termos de apoio e participação, nos movimentos sociais e populares entendidos como o legítimo sujeito das transformações sociais requeridas para a implantação da justiça no país. Cf., Declaração final da Consulta Nacional "Igrejas e Dívida Externa", patrocinada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC e pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, com assessoria do Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI, "Somos co-responsáveis pelos destinos da nação", in: *Tempo e Presença*, n. 241 (maio 1999), 25 – 26.

¹⁷ José Bittencourt Filho, "Notas teológicas sobre práxis ecumênica", in: KOINONIA, *Por Uma Nova Teologia Latino-Americana – A teologia da proscrição*, 44.

¹⁸ Mensagem da Segunda Assembléia do CLAI, realizada em Huampani, 1992.

¹⁹ Cf., Simón ESPINOSA, *Hacia una cultura de la paz*. Comissão Sul Americana da Paz, Conselho Mundial de Igrejas, Ed. Nueva Sociedad, Venezuela, 1989. O tema da "Cultura da Vida" foi apresentado no movimento ecumênico pelo teólogo e poeta brasileiro Rubem Alves, por ocasião da reunião do CLAI e da Comissão Sul Americana de Paz, em abril de 1989.



²⁰ Carta pastoral dos bispos católicos romanos do Chile, publicada em 18 de setembro de 1962.

²¹ A título de exemplos, citamos o fato que desde 1925, a ação social esteve nele presente com o movimento Vida e Ação, sendo Nathan Soderblom um dos seus maiores incentivadores. Na Conferência de Oxford (1937), o movimento Vida e Ação levantava uma grande crítica ao sistema econômico-liberal e ao totalitarismo político vigente em alguns países. Ambos os sistemas contradiziam (já naqueles tempos!) o Evangelho. O progresso econômico proposto pelo liberalismo econômico não se manifestava como instrumento para a construção do Reino. E o totalitarismo não possibilitava a liberdade na vida dos filhos de Deus. Em 1966, na Conferência de Genebra, o movimento Vida e Ação passa a chamar-se «Igreja e Sociedade».

²² Brakemeier, G., "O Cenário ecumênico brasileiro e o CONIC", in: *Notícias do CONIC* (10) 6.

²³ Cf., Carta Pastoral do Colégio Episcopal da Igreja Metodista sobre Ecumenismo. Biblioteca Vida e Missão, Imprensa Metodista, 1999.

²⁴ Fé e Constituição, "L'Unità della Chiesa come Koinonia: dono e vocazione", 2.1, in: *Camberra: Vieni, Spirito Santo, rinnova l'intero creato*, M. Matté (ed.), EDB, 1991, 118. Em torno a essa perspectiva é que têm sido centradas as maiores energias dos esforços ecumênicos, tanto a nível oficial quanto popular. Tal é o que nos mostra o trabalho feito pelo Centro de Estudos Ecumênicos de Strasburgo, "Communio/Koinonia", in: *Il Regno (Documenti)*, 35 (1990) 6624-633; os diálogos bilaterais: católico-ortodoxos: "Il mistero della Chiesa et dell'Eucaristia alla luce del mistero de la Santissima Trinità", in: *Enchiridion Oecumenicum I*, n. 219; ARCIC II, «La Chiesa come comunione», in: *Il Regno (Documenti)*, 34 (1991) 430.

²⁵ Alberigo, G., "Il Vaticano II e la sua eredità", in: *Il Regno*, 17 (756): 578, (1995).

²⁶ Vercautse, J., *Introduzione alla Teologia Ecumenica*, 126.

²⁷ Manfred K. Zeuch e Paulo Seifert, «O que é teologia? Para que serve?», in: Odair Pedroso Mateus, *Teologia no Brasil – teoria e prática*, ASTE, 1985, 163.

²⁸ João Paulo II., Diálogo e Anúncio, 77-78; CNBB., Diretrizes Gerais da Ação Pastoral, 995-1998, n. 224.

²⁹ Introdução ao Documento «Justiça no Mundo», do Sínodo dos Bispos, realizado em 1971. Carta Pastoral do Colégio Episcopal Metodista sobre o Ecumenismo, 29ss.

³⁰ Para isso, ver a Carta aos bispos da Igreja Católica sobre alguns aspectos da igreja entendida como Comunhão – *Communio Notio*, in: *L'osservatore Romano*, ed. portuguesa de 25/07/1993.

³¹ O leitor poderá ter uma visão geral das diferenças eclesiológicas entre católicos romanos e protestantes num meu artigo anterior, publicado nesta mesma revista: Wolff, Elias, *O Espírito da Unidade Cristã*, in: ENCONTROS TEOLÓGICOS n.24 (1998/1), p. 42-52.



³² Para Lutero a Igreja é, em primeiro lugar, o povo de Deus ou congregação dos santos. «Queremos ... ater-nos singelamente ao Credo do catecismo que diz: “Creio uma santa Igreja Cristã, comunhão dos santos”. Aqui o Credo explica claramente o que é a Igreja, a saber, uma comunhão dos santos, isto é, um grupo ou uma reunião de pessoas que são cristãs e santas, isto é um grupo ou uma igreja cristã santa... “Igreja” nada mais significa do que um povo reunido. Ora, existem muitos povos no mundo. Mas os cristãos são um povo especialmente chamado, e não se chamam simplesmente *ekklésia*, Igreja ou povo, mas *sancta, catholica, christiana*. LUTERO, Martinho, *Obras Seleccionadas*, Sinodal-Concórdia, 1987, 404-5. Na mesma direção, J. Wesley define a Igreja como uma *communio sanctorum*. Cf., *Trinta e Nove Artigos*, art. XIII.

³³ Lutero, Martinho, *Obras Seleccionadas*, Sinodal-Concórdia, 1987, 410-411. Lutero mostra assim a *especificidade* da Igreja: «Na verdade o evangelho vem antes do pão (Santa Ceia) e do batismo, como sinal certíssimo e nobilíssimo da Igreja, já que esta somente através do evangelho é concebida... A Igreja nasce da palavra da promessa, por meio da fé, e pela mesma é alimentada e conservada...é criatura da Palavra».

³⁴ Altmann, W., *Lutero e Libertação*, Sinodal, 1997, 155.

³⁵ Castro, Emílio, “Perspectivas ecumênicas para o final do século”, in: *Tempo e Presença*, n. 297 (jan./fev. 1998), 23.

³⁶ Documento de trabalho da Federação Protestante Francesa, discutido e aprovado na Assembléia do protestantismo, realizada em Grenoble (França), em outubro de 1971, in: *SEDOC*, 1972, 181.

³⁷ CNBB, Diretrizes Gerais da Ação Pastoral 1995-1998, n. 255.

Endereço do Autor:

Colégio Pio Brasileiro
Vila Aurelia, 527
00165 - Roma ITÀLIA



Propõe-se, neste artigo, aprofundar o slogan ecumênico Que todos sejam Um (Jo 17,21), estudando esse texto no seu contexto joanino original. Isto, para responder a perguntas como estas: O que é que João tinha em mente, ao expressar dessa maneira a oração testamentária de Jesus? Em que circunstâncias vivia a sua comunidade e com que problemas, em que conflitos estava envolvida? Qual era, pois, a unidade por ele almejada? E que sentido damos nós, hoje, a esta unidade, “em nosso mundo globalizado e cada vez mais consciente das divisões que o estraçalham e também cada vez mais impotente para superá-las”?

Que todos sejam um

A unidade dos discípulos, segundo João

Pe. Ney Brasil Pereira

Mestre em Ciências Bíblicas e Professor de Exegese no ITESC